



F.N.L.A
GABINETE DO PRESIDENTE

**DECLARAÇÃO POLITICA DO DEPUTADO LUCAS
BENGHY NGONDA, POR OCASIÃO DA 6ª.REUNIÃO
PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DA 2ª.SESSÃO
LEGISLATIVA, DA IV LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
NACIONAL, AOS 24 de JUNHO DE 2019.**

Excelências,
Ilustres Membros da Mesa da Assembleia Nacional,
Honráveis Deputados
Ilustres Representantes do Titular do Poder Executivo
Distintos convidados
Minhas Senhoras
Meus Senhores

Está agendada para esta sessão a análise do Relatórios Anual das Actividades do Provedor de Justiça dos anos 2017 e 2018. O Provedor de Justiça é uma instituição que está a marcar os primeiros passos no sistema jurídico angolano. Trata-se de um ente de extrema importância para o funcionamento e a consolidação do Estado Democrático e de Direito em Angola. O Provedor de Justiça é uma instituição de mediação entre os cidadãos e os o órgãos que exercem o poder de administração de justiça.

O grande problema é o estado de justiça do nosso país. Durante muito tempo as instituições de justiça funcionaram

com a mão forte do poder executivo e perderam a credibilidade que deveriam ter. Temos hoje todo o interesse de olharmos para o funcionamento das instituições de justiça com muita seriedade. Sem o funcionamento das instituições de justiça dificilmente o país poderá dar garantias soberanas aos investidores, que procuram aplicar os seus investimentos lá onde poderão encontrar garantias e segurança. No modelo económico de Angola, onde os governantes são também empresários e Homens de grandes negócios quem julgará quem, onde o poder do Estado se confunde com os negócios. Esta é a grande questão.

A promiscuidade entre as instituições do Estado com o mundo dos negócios é um travão contra a criação de um verdadeiro Estado Democrático e de Direito. A situação actual em que o país vive é um grande exemplo do que afirmamos aqui. O desastre económico de Angola não decorre da crise da economia mundial. Ele reside no facto das manipulações dos recursos do país por Governantes sem escrúpulos.

Para se enganar a opinião estão sendo montados cenários de julgamentos políticos segundo os grupos de amigos e de cumplicidades. Julgam-se os mais fracos e protege-se os maiores criminosos que defraudaram a economia nacional e comprometeram o futuro dos Angolanos. Sabotaram a economia nacional e nada lhes acontece. Perante esta situação qual é o papel da tal Provedoria de Justiça quanto ao problema da legalidade dos actos praticados e que ficam impunes ? Mediar conflitos dos que roubam as galinhas dos vizinhos, porquanto as grandes questões que atormentam os angolanos passam despercebidas ? Ou mediar a violência doméstica que está na moda? Entendemos que o Provedor de Justiça é uma entidade com uma missão nobre a cumprir, mas esta missão só

se pode concretizar lá onde as instituições justiça funcionam realmente. Neste momento estamos assistir dois modelos de Justiça. A das prisões domiciliares e a dos que vão mesmo nos calabouços de Viana e de Comarca de Luanda. Os crimes de sabotagem a economia nacional são crimes de prisões domiciliárias e os de quem agrediu a vizinha ou matou a galinhas alheia que entrou no seu quintal tem a pena de prisão maior sem direito a visita. Portanto, com este sistema de justiça o nosso Provedor não terá espaço de manobra para aplicar os Direitos Fundamentais, as Garantias e as Legalidades que a Constituição da República de Angola confere aos Cidadãos.

Os Tribunais estão cheios de processos que nunca foram julgados para não falarmos daqueles só depois dos queixosos e acusados morrerem é que são chamados para serem julgados. Uma justiça que tem preferências nos processos a julgar e a escolha da natureza de criminosos a serem julgados e outros a mandar para o esquecimento total.

Portanto, o Provedor de Justiça para cumprir a sua missão precisa de ser dotado de estruturas em todo o país e ter o pessoal suficiente para a cobertura nacional. Tudo quanto sabemos é que o Provedor de Justiça não tem cobertura nacional e enfrenta muitas dificuldades, tal como acontece com as próprias instituições de justiça do país. Os Direitos Fundamentais, as Liberdades, as Garantias e a sustentabilidade do princípio da legalidade, só podem ser exercidas lá onde as instituições de justiça funcionam plenamente. O Provedor é chamado para assegurar essas garantias e torná-las exequíveis num país onde os próprios agentes do Estados são os principais acusados.

Muito obrigado.